



Nada foi de graça: Categoria acumula 40 anos de conquistas!

A Confederação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), lançou no dia 1ª de Maio – Dia Internacional dos Trabalhadores – uma linha do tempo com o histórico de conquistas da categoria. São 40 anos acumulando conquistas e tornando-se referência para outras categorias.

O objetivo do material é para que todos e todas nunca nos esqueçamos que vale alimentação, vale transporte, 13º salário, jornada de trabalho de seis horas, participação nos lucros e resultados (PLR), licença maternidade, licença paternidade e tantas outras conquistas só existem por causa da mobili-



zação dos trabalhadores.

Ter consciência de que é a luta do passado que nos trouxe as condições atuais, nos permite não perder de vista que a unidade da classe trabalhadora foi e continua fundamental para escrevermos um futuro melhor e mais justo para todas e todos. Vamos à luta!

10º Congresso dos(as) Trabalhadores(as) do Ramo Financeiro de Dourados e Região

O Sindicato publicou na última segunda-feira (05) o Edital de Convocação para o 10º Congresso Ordinário da Categoria, que será realizado nos dias 30 e 31 de maio na sede da entidade em Dourados.

Previsto no Estatuto do Sindicato desde 1994, o congresso é uma conquista dos(as) trabalhadores(as) do ramo financeiro de Dourados e Região, além de fórum democrático e instância máxima de deliberação da categoria em suas resoluções, podendo dele participar como delegado(a) trabalhado-

res(as) do ramo financeiro da ativa ou aposentados(as) da sua base territorial, sindicalizado(a) até a data final de inscrição de delegados e delegadas.

O evento tem os seguintes objetivos: I. avaliar a situação política, social e econômica do país; II. avaliar a realidade da categoria do ramo financeiro; III. definir a linha de ação do Sindicato e suas relações intersindicais; IV. estabelecer seu plano de lutas.

Critérios de participação estão publicados no site do Sindicato!

Escala 4x3: Brasil pronto para virar o jogo

O estudo da Unicamp desmascara o mito da sobrecarga como sinônimo de produtividade. Trabalhar quatro dias e descansar três não é regalia, é avanço. A jornada de 36 horas semanais já é realidade viável e o Brasil está preparado. O que falta não é argumento técnico, é vontade política para romper com o velho pacto de exploração.

Reduzir o tempo de trabalho aumenta a produção porque respeita quem produz. Países que apostaram neste modelo provaram que o descanso melhora foco, reduz erros e amplia resultados.

O cansaço diário não move a economia, só alimenta lucros de poucos. O estudo mostra que menos horas rendem mais e inclusive para quem só entende a linguagem do capital.

A mudança corrige distorções profundas, nas quais mulheres seguem presas à dupla jornada. Homens negros sustentam a base da economia com os piores salários e as maiores cargas.

Governos de direita dilapidam direitos!

A reforma trabalhista, aprovada por um governo de direita, assim como a reforma da previdência, aprovada por um governo de extrema-direita, dilapidou direitos dos trabalhadores e criou modalidades precárias de trabalho formal. É por isso que muitos jovens preferem não ser CLT. É claro que isso é uma ideia plantada pelo empresariado, que não quer arcar com os direitos dos trabalhadores. E a terceirização é uma das formas que eles utilizam para suprimir direitos dos trabalhadores. Precisamos reverter esse processo de precarização e recuperar nossos direitos. Vamos à luta!

Herança maldita

O aumento da informalidade no Brasil é uma das heranças malditas da famigerada reforma trabalhista, aprovada pelo governo Temer em 2017. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), cerca de 32,5 milhões de brasileiros trabalham como autônomos informais ou como empregados sem carteira assinada no setor privado, o que representa 31,7% do total de 102,5 milhões de pessoas ocupadas no país. A nova lei flexibilizou direitos e ampliou as formas precárias de contratação.

Itaú sobe taxa de crédito para os funcionários

O Itaú pisa na bola com os trabalhadores e retrocede. O banco aumentou, a partir deste mês de maio, a taxa de juros cobrada aos funcionários no crédito imobiliário. Subiu de 9,75% para 11,09% a.a. Os empregados têm até o dia 9 de maio para enviar a documentação com o patamar antigo. A condição diferenciada, regida pela PR-580, teve as regras alteradas. A partir da elevação, a taxa de juros vai acompanhar as mesmas condições dos clientes dos segmentos Itaú Agências, Uniclass e Personnalité, mas sempre com desconto de 1% a.a.